



**CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)**  
**Ata da 74ª reunião, realizada em 13 de novembro de 2017**

1 Em 13 de novembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica  
2 Institucional e Legal (CTIL) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Antônio Thomaz  
6 Gonzaga da Matta Machado, representante do Instituto Guaicuy - SOS Rio  
7 das Velhas. Representantes dos usuários de recursos hídricos: João Gabriel  
8 Vieira Lima Ferreira Mendes, da Agência Reguladora de Serviços de  
9 Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas  
10 Gerais (Arsae); Evilânia Alfenas Moreira, da Companhia de Saneamento de  
11 Minas Gerais (Copasa); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de  
12 Minas Gerais (Cemig); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da  
13 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise  
14 Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
15 (Fiemg); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de  
16 Energia Limpa (Abragel). Representantes de entidades da sociedade civil  
17 ligadas aos recursos hídricos: José Hermano Oliveira Franco, da Associação  
18 para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Patrícia Generoso  
19 Thomaz Guerra, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de  
20 Bacias Hidrográficas (Fonasc); Alírio Ferreira Mendes Júnior, do Conselho  
21 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG).  
22 **Assuntos em pauta.** 1) **ABERTURA.** O presidente Antônio Thomaz  
23 Gonzaga da Matta Machado declarou aberta a 74ª reunião da Câmara  
24 Técnica Institucional e Legal. 2) **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**  
25 Não houve manifestações. 3) **EXAME DAS ATAS DA 72ª E 73ª REUNIÕES.**  
26 Aprovadas por unanimidade as atas da 72ª e 73ª reuniões da Câmara  
27 Técnica Institucional e Legal, realizadas em 10 de julho e em 7 de agosto de  
28 2017, respectivamente. 4) **JULGAMENTO DE RECURSO CONTRA**  
29 **APLICAÇÃO DE PENALIDADES REFERENTES A INFRAÇÃO A NORMAS**  
30 **DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.** 4.1) **COPASA. Desvio de**  
31 **curso d'água e captação de recurso hídrico sem outorgas. Montes**  
32 **Claros/MG. Processo administrativo 001/2006C. Auto de infração G 000**  
33 **005/2006. Apresentação: IGAM.** Recurso indeferido por unanimidade nos  
34 termos do parecer jurídico do IGAM. A Presidência registrou quatro votos  
35 favoráveis ao indeferimento e quatro abstenções. A conselheira Evilânia  
36 Alfenas Moreira declarou seu impedimento neste processo. A CTIL se  
37 manifestou ainda favorável à exclusão do dolo conforme constou no parecer

38 do IGAM. A Presidência registrou seis votos favoráveis. **4.2) Construtora**  
39 **Sagendra. Desvio de curso d'água e captação de recurso hídrico sem**  
40 **outorgas. Montes Claros/MG. Processo administrativo 001/2006B. Auto**  
41 **de infração G000 004/2006. Apresentação: IGAM.** Recurso indeferido por  
42 unanimidade nos termos do parecer jurídico do IGAM. A Presidência  
43 registrou quatro votos favoráveis ao indeferimento e quatro abstenções. A  
44 conselheira Evilânia Alfenas Moreira declarou seu impedimento neste  
45 processo. A CTIL se manifestou ainda favorável à exclusão do dolo  
46 conforme o parecer do IGAM. A Presidência registrou seis votos favoráveis.  
47 **4.3) Castilho Eduardo Diniz Pereira. Captação de recurso hídrico para**  
48 **consumo humano e dessedentação de animais sem o respectivo**  
49 **registro. Fazenda Santa Rita. Pedro Leopoldo/MG. Processo**  
50 **administrativo 002.06.09. Auto de infração 045038/2007. Apresentação:**  
51 **IGAM.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer jurídico  
52 do IGAM. Foram registradas abstenções dos conselheiros representantes da  
53 Faemg e da Fiemg. A Presidência registrou sete votos favoráveis ao parecer  
54 do IGAM. **4.4) Vander Lúcio Maia. Intervenção em curso d'água**  
55 **impedindo o uso de usuários a jusante. Fazenda Pinta Lau. São José da**  
56 **Varginha/MG. Processo administrativo: 27.01.09. Auto de infração**  
57 **069/2009. Apresentação: IGAM.** Recurso indeferido por unanimidade nos  
58 termos do parecer jurídico do IGAM. Foram registradas abstenções dos  
59 conselheiros representantes da Fiemg, Faemg, Fonasc e Arsae. A  
60 Presidência registrou quatro votos favoráveis ao parecer do IGAM. **4.5)**  
61 **Carneirinho Agro Industrial. Poço manual para uso geral do**  
62 **empreendimento sem certidão ou outorga. Fazenda Bom Sucesso.**  
63 **Carneirinho/MG. Processo administrativo 010.09.2009. Auto de infração**  
64 **969/2009. Apresentação: IGAM.** Recurso indeferido por unanimidade nos  
65 termos do parecer jurídico do IGAM. Foram registradas abstenções dos  
66 conselheiros representantes da Fiemg e Faemg. A Presidência registrou  
67 sete votos favoráveis ao parecer do IGAM. **5) APRESENTAÇÃO IGAM. 5.1)**  
68 **Declaração de áreas de conflito de recursos hídricos.** Thiago Figueiredo  
69 Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos  
70 Hídricos/IGAM, fez apresentação para a Câmara sobre os procedimentos  
71 normativos para atuação em processos de outorga coletiva no Estado de  
72 Minas Gerais, em atendimento a solicitação do conselheiro João Clímaco, do  
73 Fonasc. Destacou a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Portaria nº  
74 49 do IGAM, que estabelecem os procedimentos para regularização de  
75 intervenções em recursos hídricos, e detalhou sobre a conceituação de área  
76 de conflito. Frisou que os usos considerados insignificantes são dispensados  
77 de outorga, por lei e não pelo CERH. “Mesmo que situados em uma área de  
78 conflitos, não ingressam no mesmo procedimento de regularização de  
79 outorga coletiva. Eles computam em nível de balanço hídrico, mas no

80 procedimento de regularização. O critério varia de 30% outorgáveis para uso  
81 consuntivo na região Central do Estado e no semiárido; nas demais bacias  
82 do Estado são outorgados 50% da Q7,10. E nas áreas declaradas em  
83 conflito, seja em qualquer localização, outorgam-se 50% da Q7,10, exemplo  
84 do ribeiro Bonito na bacia do rio das Velhas”. Demonstrou ainda o mapa de  
85 vazão outorgável no Estado e a localização das áreas em conflito. “Outra  
86 coisa que é importante deixar claro é que outorga coletiva é exclusividade  
87 para outorgas superficiais. Nós teremos, a partir da DN conjunta  
88 COPAM/CERH, procedimento a ser definido para outorgas coletivas em  
89 áreas em restrição para água subterrânea. Exemplo da bacia do rio  
90 Paracatu: de cerca de 650 outorgas, aproximadamente 15 são outorgas  
91 coletivas. Isso é que vemos nas áreas de conflito, uma propensão, uma  
92 pujança maior de usos da irrigação, aquelas áreas que têm aptidão agrícola.  
93 Uma coisa que tem que ficar clara em nível de competência do IGAM e do  
94 Conselho: muita gente questiona que o Conselho não regulamentou ou não  
95 estabeleceu. Mas outorga coletiva não altera critérios, os critérios são os  
96 mesmos estabelecidos no Conselho. Estabelece procedimentos para  
97 regularização. Essa que é a visualização. Mantêm-se os mesmos  
98 percentuais de Q7,10, os princípios que estão estabelecidos nas Políticas  
99 Estadual e Nacional de Recursos Hídricos, de racionalidade, usos  
100 prioritários, questões relativas a fluxos residuais. Então, desde que não  
101 altere critérios, seria uma competência que o IGAM tem para fazer.” **6)**  
102 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu  
103 só quero deixar registrado que nós estamos vendo nos dois últimos dias  
104 uma ameaça de substituição ou de remoção de um bombeiro que declarou  
105 como instável a barragem de Casa Branca. Eu quero registrar, como  
106 sociedade civil, a nossa preocupação com essas atitudes de remoção de um  
107 profissional que alerta a comunidade para um fato e, como Fonasc,  
108 manifestar o nosso apoio a esse bombeiro que, nas atribuições da sua  
109 função, descreveu uma preocupação e agora sofre um processo de  
110 intimidação e de remoção.” **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros  
111 assuntos a serem tratados, o presidente Antônio Thomaz Gonzaga da Matta  
112 Machado agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da  
113 qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

118 **Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado**  
119 **Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal**  
120